

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS DO CURSO TÉCNICO EM AGRICULTURA DA CASA FAMILIAR RURAL SÃO DOMINGOS

Lisete de Bastos Ditadi

Franciele Lazzari

RESUMO

Desde os primeiros relatos que se tem conhecimento sobre a Educação, constata-se que o ensino serviu e no transcorrer da história continuou a serviço das classes dominantes. No Brasil também houve uma acentuada separação entre o ensino propedêutico e a formação para o trabalho. Porém, a partir da Lei nº 9.394/96 e mais tarde com o Decreto nº 5.154/2004, iniciou-se uma intensa discussão sobre a oferta da educação profissional técnica integrada ao ensino médio, visando a formação integral do estudante. Desde então, novos cursos técnicos foram autorizados e estão em andamento. Neste trabalho será abordado o curso Técnico em Agricultura da Casa Familiar Rural São Domingos de Caibi devido a sua importância para a formação e qualificação de jovens que residem em Caibi e nos outros seis municípios contemplados no processo de solicitação de autorização do curso. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, publicações em sites, legislação e a análise de dados e informações do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina e, a partir dos resultados, foram propostas ações com o objetivo de ampliar o atendimento de forma que a instituição possa continuar contribuindo de maneira mais abrangente para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e familiares e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da região onde as atividades agrícolas e setores afins são bastante relevantes.

Palavras-chave: Formação Integral. Qualificação. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o sentido da Educação Profissional está em sua relação com o desenvolvimento econômico e que, através deste trabalho, pretende-se demonstrar a importância desta modalidade para a inserção dos jovens no mundo do trabalho de forma que garanta o pleno exercício da cidadania através do desempenho profissional e da interação social e desta forma, possam contribuir, principalmente, com o desenvolvimento regional, este trabalho faz uma abordagem do contexto histórico para melhor compreendê-la.

Para Himpel (2006), desde o início da história da humanidade (Egito, Grécia, Roma antiga) houve distinção na educação. Somente a classe dominante se beneficiava da educação formal que preparava para o comando, enquanto às classes menos favorecidas economicamente restava o trabalho e os ofícios manuais aprendidos informalmente.

Ainda segundo Himpel (2006), no Brasil, mesmo com o surgimento das escolas profissionalizantes na segunda metade do século XVIII, que buscava a preparação para o exercício da profissão de uma maneira mais formal, a educação manteve sua característica de exclusão, pois o ensino propedêutico que preparava para a universidade continuou sendo privilégio somente da elite, enquanto o modelo de formação escolar baseado na preparação para os ofícios manuais foi destinado aos mais pobres.

No transcorrer da história, o ensino profissional foi passando por adequações e atualmente, de acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pela Resolução CNE/CP Nº 1/2021, busca-se uma educação profissional voltada para a formação integral do estudante.

Nesta perspectiva, considerando a importância do curso Técnico em Agricultura ofertado na Casa Familiar Rural São Domingos, município de Caibi, para a qualificação dos jovens e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da região, cujas atividades agrícolas e de setores afins são de grande relevância, este trabalho tem como objetivo investigar se o curso está abrangendo os municípios previstos no processo de criação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com as necessidades econômicas e sociais de uma determinada época, surgem novas discussões em torno de ajustes necessários no Sistema educacional. Recentemente, com a Lei nº 13.415/2017 de implantação do Novo Ensino Médio, que prevê, além dos quatro Itinerários formativos nas áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e sociais aplicadas, estão sendo construídas novas propostas para a oferta do Itinerário de Formação Técnica e Profissional.

Há 50 anos, durante o governo militar, o ensino brasileiro também passou por uma reestruturação semelhante com a Reforma de 1º e 2º Graus promovida pela Lei nº 5.692 de 1971 (primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira). A necessidade de mão de obra devido a industrialização acelerada fez com que o 2º Grau se voltasse para a profissionalização e foram determinados prazos para que as instituições, obrigatoriamente, passassem a oferecer cursos profissionalizantes, “[...] atrelando os objetivos da educação escolar à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.” (CARMINATI, 2006, p. 166).

No entanto, há divergências sobre os reais objetivos da profissionalização universal e compulsória do 2º Grau pretendida pela Lei nº 5.692/1971. A crescente cobrança por vagas no ensino superior pelos jovens do ensino secundário que cursavam curso clássico ou científico se contrapunha ao objetivo dos governos militares, que era de reduzir gastos com o ensino. Por isso, a “[...] terminalidade era o principal objetivo do governo. Mais do que atender supostas necessidades do mercado, o que o regime militar queria era reduzir a demanda por vagas no ensino superior” (CORREIO BRAZILIENSE 2017 apud CUNHA, Luiz Antônio, s.a).

Diante de contundentes críticas do governo, deputados e senadores de que o ensino verbalístico e academizante não tinha sentido porque não preparava nem para o trabalho nem para a vida, a educação geral foi praticamente extinta do 2º Grau. O fato é que escolas e governos não estavam preparados para em regime de urgência passar a ofertar com exclusividade a formação profissional.

Segundo o Correio Braziliense (2017), em novembro de 1972, o Jornal do Brasil deu voz aos secretários estaduais de educação, que se queixaram de que os recursos repassados pelo MEC eram insuficientes, faltavam professores e em muitas escolas as instalações eram precárias e mal equipadas.

Por outro lado, ocorreram práticas que burlaram a imposição da lei. “[...] a falsificação vira tônica. O que tivemos de ensino falsamente profissional é algo de arrepiar.” (SENADONOTÍCIAS 2017 apud CUNHA, Luiz Antônio, s.a). Consequentemente, continuaram sendo oferecidos cursos de educação geral e, através da análise da história da Educação Brasileira percebe-se que de certa forma, houve continuidade na preparação de jovens com melhores condições financeiras para o vestibular. Assim, a universidade continuou sendo privilégio da elite e a Educação não deixou de contribuir para o aumento das desigualdades sociais.

Em decorrência de todas as dificuldades devido à falta de professores qualificados, equipamentos e instalações inadequadas e das críticas e resistência da sociedade, a Reforma imposta fracassou e a Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71 retirando a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de 2º Grau.

Foi somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, que a Educação Profissional passou a contar com um

[...] capítulo separado da Educação Básica **superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações de**

educação profissional do país, fazendo uma intervenção crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s.a, p. 5).

Neste novo contexto surgiram os debates em torno da necessidade de garantir uma educação gratuita e de qualidade a toda a população, que possibilite a superação do preconceito e da legitimação das desigualdades econômicas e sociais. Para tanto, fez-se necessário buscar a superação da dualidade entre Educação Profissional e Ensino Médio propedêutico.

Nesta perspectiva, na primeira década do século XXI, o Ministério da Educação implementou algumas políticas com o intuito de dar suporte à oferta da educação profissional. Uma das ações foi a publicação do Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, determinando a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, podendo ser de forma integrada, concomitante ou subsequente.

Com embasamento no Decreto nº 5.154/2004, conforme informações disponibilizadas no Portal Colaborativo da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, entre os anos de 2004 a 2006 ocorreu a implantação de um curso técnico de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional em cada uma das vinte e nove Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado.

Na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Palmitos, através do Parecer nº 386, de 20 de dezembro de 2005, foi criado o curso Técnico em Instalações e Montagem de Computadores, atual curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

O Programa Brasil Profissionalizado criado pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, com a finalidade de repassar recursos aos Estados para melhorias na estrutura física das escolas, montagem de laboratórios, recursos pedagógicos e formação e qualificação de professores contribuiu para a manutenção da oferta dos 36 cursos técnicos implementados em Santa Catarina.

No ano de 2008, através do Parecer nº 017, de 26 de fevereiro, foi autorizado o segundo curso Técnico de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional na Regional de Palmitos, sendo o Técnico em Agronegócios em Sistema de alternância, que foi ofertado na Casa Familiar Rural de Riqueza.

Considerando que o Curso Técnico em Agronegócios já havia atendido a demanda de profissionais no município de Riqueza e municípios vizinhos, em 2013, através do Parecer nº

361, esse curso foi substituído pelo Técnico em Agropecuária, também em Sistema de Alternância. Devido a demanda ainda existente e a significativa contribuição desse curso para a qualificação dos jovens que atuam nas atividades agrícolas e pecuárias da região Oeste, o curso continua sendo oferecido com êxito.

Outra conquista para a região foi a implantação do curso de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnico em Agricultura em Sistema de Alternância na Casa Familiar Rural São Domingos, município de Caibi. Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o município de Caibi, essa instituição atende, além de munícipes caibienses, jovens de outros municípios próximos.

2.1 A Pedagogia de Alternância e a trajetória da Casa Familiar Rural São Domingos

O artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece entre outras formas de organização da Educação Básica, a alternância regular de períodos de estudos. Esta possibilidade, que tem na Pedagogia da Alternância uma de suas importantes formas de organização, tem facilitado o acesso e a permanência dos jovens do campo na educação.

Criada por camponeses da França em 1935, a pedagogia da alternância busca intercalar momentos de atividade escolar propriamente dita com períodos de prática no campo. O método envolve a formação integral do aluno por meio do intercâmbio de experiências em dois ambientes distintos, um teórico e outro prático: a escola e a propriedade rural.

No Brasil, a pedagogia da alternância foi implantada pela primeira vez em 1969 no Espírito Santo, onde foram construídas por famílias de agricultores as três primeiras escolas. O aluno permanecia duas semanas na sede da escola em sistema de internato e outras duas no meio em que vive. (LARCHER, 2017, s.p)

Diante da realidade e das necessidades das famílias de agricultores familiares, dezenove anos após a implantação no Estado do Espírito Santo, a pedagogia da alternância deu origem às Casas Familiares Rurais na região Sul. “No estado do Paraná, o processo de implantação das Casas Familiares Rurais iniciou em 1988, seguida pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com discussões dos agricultores e envolvimento das comunidades” (PORTAL COLABORATIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PARANÁ, s.a).

As Casas Familiares Rurais, que têm como mantenedora a ARCAFAR –SC - Associação Estadual das Casas Familiares Rurais e do Mar de Santa Catarina, têm contribuído

significativamente para a formação dos jovens do campo. Atualmente, no estado de Santa Catarina existem onze Casas Familiares Rurais localizadas nos municípios de Caibi, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Modelo, Quilombo, Riqueza, São José do Cedro, Saudades, Seara e Xaxim na região Oeste, além do município de Armazém, localizado no Sul do estado. São oferecidos os cursos técnicos de nível médio integrados à educação profissional: Técnico em Agricultura, Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia.

Em 1992, buscando atender aos interesses e necessidade dos agricultores do município de Caibi e região, e também devido à necessidade de alternativas para diminuir o êxodo rural, problema na época muito presente nos municípios onde predomina a agricultura familiar, foi instituída a Casa Familiar Rural de Caibi.

Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico da Casa Familiar Rural São Domingos, a comunidade viu na criação da Casa Familiar Rural uma alternativa para diminuir os problemas sociais causados pelo abandono das pequenas propriedades rurais. Muitos agricultores despreparados se estabeleciam nas cidades em busca de melhorias na qualidade de vida. No entanto, poucos conseguiam superar as dificuldades e se estabelecer com dignidade, e quase nenhum retornava ao campo.

Ao iniciar suas atividades na sede da comunidade da Linha Maracujá, a Casa Familiar Rural de Caibi possibilitou aos jovens do meio rural, conhecimentos técnicos específicos da agricultura, além da formação geral básica do Ensino Fundamental.

Em março de 1996 foi inaugurada a sede própria da Casa Familiar Rural na Linha São Domingos, interior do município de Caibi, e a instituição passou a denominar-se Associação Casa Familiar Rural São Domingos.

Em 03 de março de 2009, através do Parecer n° 007, foi criado o curso de Ensino Médio Educação Geral com qualificação em Agricultura. O curso iniciou com uma turma de 20 alunos e em 2011 formaram-se 18 desses estudantes. No entanto, o percentual de evasão neste curso passou a ser bastante alto. Em 2012, por exemplo, formaram-se apenas 3 estudantes. Os números demonstravam que esta modalidade de Ensino Médio não estava atendendo as expectativas da comunidade.

Diante dos resultados que vinham sendo apresentados pelo curso de Ensino Médio Educação Geral com qualificação em Agricultura e levando em consideração a função social da Casa Familiar Rural, que é contribuir com a organização do campo e a formação de jovens com

qualificação para desenvolver suas atividades, construir seus projetos de vida e prosseguir nos estudos (caso optarem pela continuação), atendendo as demandas e necessidade da comunidade local e regional, em 08 de março de 2016, através do Parecer nº 012, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina autorizou o funcionamento do curso Técnico em Agricultura na modalidade de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional em Sistema de Alternância.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa fará uma abordagem sobre a abrangência do curso Técnico em Agricultura ofertado na Casa Familiar Rural São Domingos de Caibi e será de natureza quantitativa e descritiva.

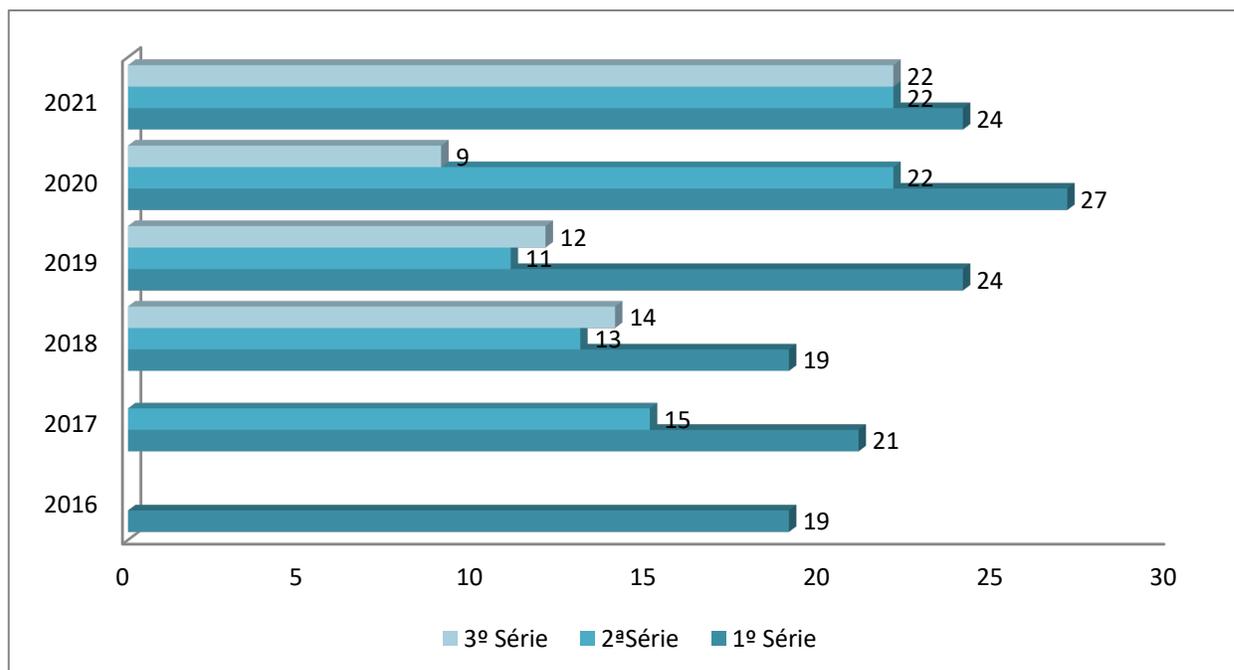
Este estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, tendo como instrumentos de apoio: livros, artigos, publicações em sites, legislação, entre outros; além da análise de dados e informações extraídos do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina– SISGESC e de sites oficiais como do Ministério da Educação – MEC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e também de Portais Colaborativos da Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Agricultura e Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Foi realizada também análise documental do Processo de criação do curso, do Projeto Político Pedagógico da instituição e de orientações oficiais que regem a oferta da Educação Básica e Profissional na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

De acordo com dados obtidos no SISGESC - Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina, em cinco anos de oferta do Curso Técnico em Agricultura (2016-2020) na Casa Familiar Rural São Domingos, foram formados 35 Técnicos em Agricultura. Conforme pode ser constatado no gráfico 01, a primeira turma de formandos em 2018 foi de 14 jovens, a segunda em 2019 de 12 e em 2020 formaram-se 9 jovens. Neste ano (2021) 22 estudantes estão frequentando e irão concluir o curso, sendo essa a maior turma de formando nos seis anos do curso.

Gráfico 01



Fonte: Elaborado com base em dados do SISGESC - Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina, 2021.

Conforme gráfico 01, quando o curso foi implantado no ano de 2016, as matrículas não alcançaram as expectativas, pois no processo de solicitação de autorização do curso, SDR29 2040/2015, a previsão era de criação de turmas com 25 matrículas. Por outro lado, o número mínimo estipulado pela Secretaria de Estado da Educação no Plano de matrículas para a abertura de turmas de Ensino Médio é de 20 alunos. Sendo assim, foi necessário justificar a necessidade da autorização da primeira turma do Curso Técnico em Agricultura.

Outra dificuldade que pode ser constatada através dos números, foi a expressiva evasão de estudantes de uma série para outra nos primeiros anos do curso, principalmente da 1ª para a 2ª série. Dos dezenove alunos que efetuaram matrícula em 2016, quatro não continuaram o curso no ano seguinte. O problema se repete com as turmas que iniciaram nos anos de 2017 e 2018, pois dos 21 matriculados em 2017, 08 não cursaram a 2ª série e dos 19 matriculados em 2018, 08 também não continuaram no curso.

A medida em que o curso foi se consolidando, observa-se a diminuição da evasão, sendo assim, constata-se que este problema tem sido contornado.

Por outro lado, no processo de solicitação de criação do curso também foi prevista a abrangência, através de parcerias, de sete municípios da região que têm sua economia baseada na agricultura e boa parte da população residente na zona rural. Esta previsão foi embasada em dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), que apontaram o percentual da população residente na zona rural: Águas de Chapecó 47,03%, Caibi 42,46%, Cunha Porã 38,58%, Cunhataí 69,77%, Mondai 38,37%, Palmitos 38,39% e São Carlos 32,92%.

Ressalta-se que a abrangência prevista para este curso Técnico em Agricultura foi determinada pela delimitação territorial da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Palmitos, haja vista, que na época o Estado de Santa Catarina era dividido administrativamente em 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional. Dos 8 municípios pertencentes à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Palmitos, somente o município limítrofe de Riqueza não foi contemplado no plano de oferta porque conta com uma Casa Familiar Rural que também oferta curso técnico no Eixo Tecnológico de Recursos Naturais.

A figura 02 (mapa) mostra a localização do município de Caibi e o contexto territorial com os municípios da região do Oeste catarinenses. É possível localizar os municípios que já possuem jovens frequentando o curso técnico e os que estavam na previsão de oferta.

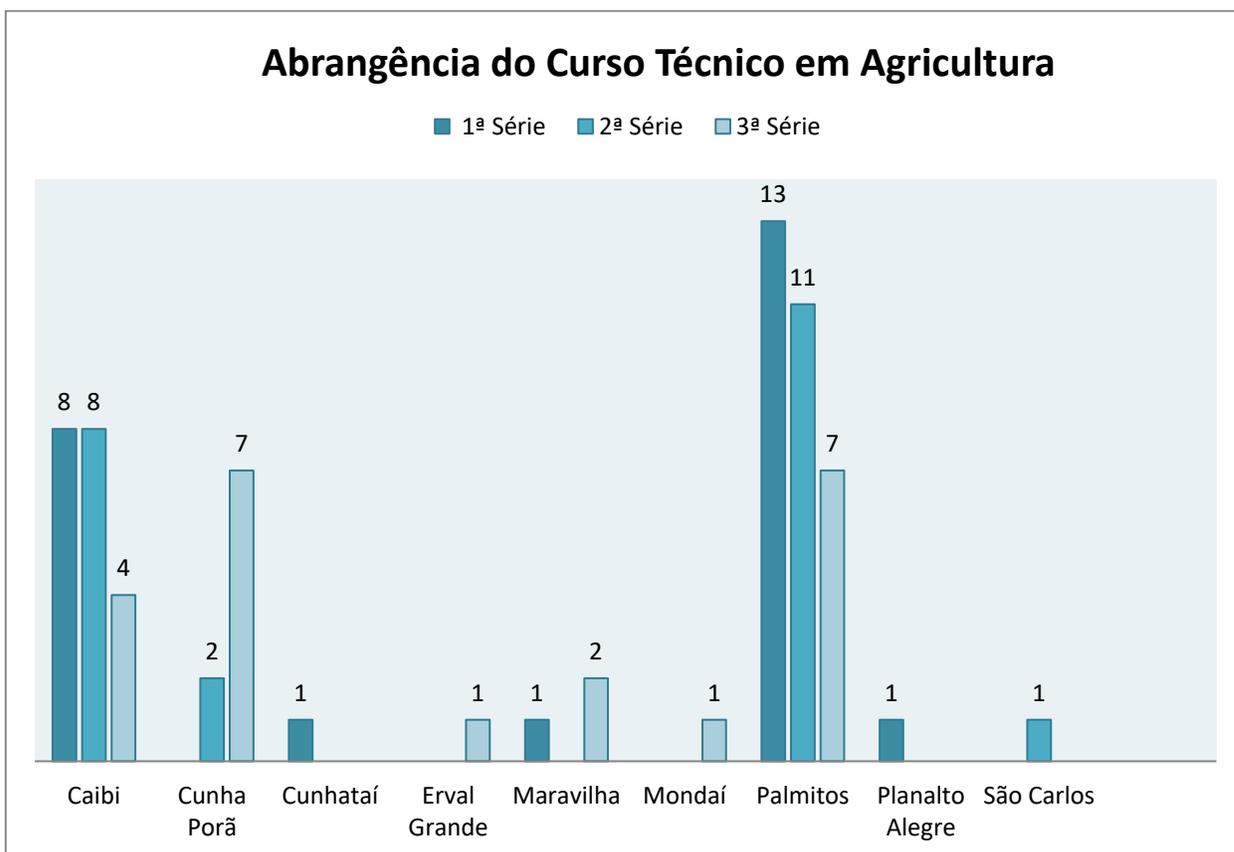
Figura 01 –Mapa da região do Oeste – Santa Catarina



Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com>

A Casa Familiar Rural São Domingos, faz divisa com os municípios de Mondaí, Riqueza, Iraceminha, Cunha Porã e Palmitos e destes, atualmente, atende jovens de Palmitos, Cunha Porã e Mondaí.

Gráfico 02



Fonte: Elaborado com base em dados do SISGESC - Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina, 2021.

Observa-se que a instituição conta com 68 jovens e, além do Estado de Santa Catarina, atende um jovem do estado do Rio Grande do Sul, município de Erval Grande, distante 122,3 km.

Infer-se com base na figura (mapa) 01 e no gráfico 02 que existe um grande potencial de expansão do atendimento, principalmente, nos municípios de Cunhataí, Mondaí e São Carlos, cuja abrangência está prevista na proposta de criação do curso. Por outro, o município de Águas de Chapecó que está entre os sete mencionados na proposta inicial, não possui nenhum jovem frequentando. O município de Palmitos possui um número expressivo se sobressaindo, inclusive, em relação ao município sede de Caibi.

De acordo com dados extraídos do Censo Demográfico de 2010 e publicados no Portal Colaborativo da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, os municípios de Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondaí, Palmitos e São Carlos contavam com uma população de 24.386 pessoas residentes na zona rural. Confrontando este número com os 35 jovens formados e os 68 que atualmente frequentam o curso Técnico em Agricultura, reforça-se ainda mais a necessidade de expansão do atendimento.

Com relação a estrutura física, a instituição está localizada em um terreno de 65.000m² e conta com uma área construída de 719,54m², sendo que uma das salas de aula mede 70,53m². Considerando que os estudantes são atendidos em regime de alternância (as turmas não frequentam a instituição ao mesmo tempo), permanecendo na propriedade em semanas alternadas, e que o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM oficializado pelo Ministério Público de Santa Catarina e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 170/1998, permite o atendimento de um número maior de estudantes de acordo com a metragem da sala de aula, neste caso é possível a constituição de turmas com até 45 estudantes. No entanto, conforme apresentado no gráfico 01, o máximo de jovens estudantes que estão sendo atendidos por turma é de 24, sendo possível ampliar o atendimento.

5 PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

Diante da importância do Curso Técnico em Agricultura para a região e da constatação da possibilidade e necessidade de ampliação da abrangência da oferta, abrangência já prevista na proposta de criação do curso, este estudo levantou algumas ações e estratégias para a viabilização da expansão proposta:

- Realização de feira expositiva na instituição, abertas à comunidade local e regional, para divulgação do trabalho desenvolvido no curso;
- Participação em feiras e eventos locais e regionais;
- Divulgação do curso em instituições de ensino, especificamente para turmas de 9º ano do Ensino Fundamental;
- Viabilização de visitas *in loco* de turmas do 9º ano do Ensino Fundamental para conhecer a instituição e o curso;

- Fortalecimento do vínculo da instituição com as famílias e comunidades através de visitas programadas de estudantes, professores e coordenadora aos ambientes de trabalho (visitas técnicas à propriedades rurais, empresas, fazendas, sítios, entre outros);
- Divulgação em redes sociais, além do Facebook e WhatsApp, You Tube, Instagram, Twitter, TikTok, entre outros;
- Participação em programas de rádios;
- Publicação de matérias em jornais de circulação regional;
- Agendamento de visitas de deputados estaduais e federais com a finalidade de entregar projetos que possam ser contemplados através de verbas específicas;

Outro ponto bastante relevante é a retomada da proposta inicial de busca de parcerias com outros municípios além de Caibi. A Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, estabelece o regime jurídico das parcerias entre administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Diante desta possibilidade, sugere-se que a Associação da Casa Familiar Rural São Domingos realize visitas à Prefeituras e Câmaras Municipais de Vereadores a fim de propor parcerias para o atendimento de jovens residentes em outros municípios, tendo como contrapartida o repasse de recursos financeiros.

6 CONCLUSÕES

Ao longo de sua trajetória a Educação Profissional passou por significativas adequações, no entanto, os números apontam a fragilidade desta modalidade de ensino, demonstrando a necessidade de ampliação da oferta, acesso e permanência dos jovens.

Segundo dados do Ministério da Educação, “[...] no Brasil, apenas 8% dos estudantes formados no Ensino Médio são concluintes da Educação Profissional, contra 42% em média entre os países da OCDE” (<http://novoscaminhos.mec.gov.br>).

A meta 3 do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 2015-2024 (p. 32 e 33) prevê a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e a elevação até o final do período de vigência do Plano da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento), tendo como uma das estratégias: expandir as matrículas gratuitas de ensino médio integrado a educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo.

Na região de abrangência da Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos em que a Casa Familiar Rural São Domingos está inserida, que conta com uma população aproximada de 66.204 habitantes (Censo Demográfico de 2010), são oferecidos somente três cursos técnicos de nível médio pela rede estadual de ensino, sendo somente dois no Eixo Tecnológico de Recursos Naturais para uma região de expressividade tão significativa nas atividades de agricultura e pecuária.

Diante desta realidade, ressalta-se a importância de garantir o atendimento e abrangência previstos no processo de criação do curso Técnico em Agricultura na Casa Familiar Rural São Domingos. Espera-se que as alternativas propostas para divulgação da instituição e do curso técnico auxiliem na expansão de matrículas para jovens dos sete municípios inseridos no plano de oferta e também para a manutenção do curso com qualidade, pois o sistema de alternância adotado facilita o acesso e a permanência desses jovens, sendo uma importante estratégia de adequação às peculiaridades do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

_____, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____, Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.

_____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____, Decreto nº 5.154, de 23 de janeiro de 2004. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____, Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado.

_____, Lei nº 13.019, de 13 de julho de 2014. Institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação

CARMINATI, Celso João. A Ditadura Militar no Brasil e o Afastamento da Filosofia do Ensino Médio. In: VALLE, Ione Ribeiro. DALLABRIDA, Norberto (Orgs). Ensino Médio em Santa Catarina: Histórias, Políticas e Tendências. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE – Acervo – Reforma do ensino médio fracassou na ditadura. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2017/03/03/interna-educacaobasica-2019,578061/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 15 out. de 2021.

ECONOMIA DE SANTA CATARINA É RICA E DIVERSIFICADA. Disponível em:
<<https://www.sc.gov.br/conhecasc/economia>>. Acesso em: 25 out. 2021.

HIMPEL, Denise Elisabeth. A dinâmica do estágio na formação profissional. In: VALLE, Ione Ribeiro. DALLABRIDA, Norberto (Orgs). Ensino Médio em Santa Catarina: Histórias, Políticas e Tendências. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 15 out. 2021.

LARCHER, Marcello. Câmara dos Deputados. Câmara incluí na LDB a pedagogia da alternância para jovens do campo. 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/527041-camara-inclui-na-ldb-a-pedagogia-da-alternancia-para-jovens-do-campo/>>. Acesso em: 15 out. de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

NOVOS CAMINHOS. Ministério da Educação. Disponível em:
<<http://novoscaminhos.mec.gov.br>>. Acesso em 01 nov. 2021.

PORTAL COLABORATIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. Ensino Médio Integrado a Educação Profissional – EMIEP. Disponível em:
<<https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/16981-ensino-medio-integrado-a-educacao-profissional-emiep>>. Acesso em: 12 out. 2021.

PORTAL COLABORATIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PARANÁ. Dia a dia da Educação. Casa Familiar Rural. Disponível em:
<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=186>>. Acesso em: 27 out. 2021.

SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 2015-2024. Florianópolis: Dioesc, 2016.

SENADONOTÍCIAS. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. Publicado em: 03/03/2017 e atualizado em 27/09/2017. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em: 15 out. de 2021.